

# Acordo, sim, fraude, não

A votação esta semana do dispositivo que institui a estabilidade, compulsória no emprego servirá como teste para avaliar o grau de vinculação da Assembléia Constituinte com as verdadeiras aspirações da sociedade nacional. Chumbada ao texto da Comissão de Sistematização pelo cimento da demagogia e do sectarismo extremista, a estabilidade se configura como um disparate impossível de conciliar-se com o princípio da livre iniciativa, fundamento dos regimes democráticos. Não pode haver liberdade de produção onde as empresas ficam privadas de utilizar, no interesse da eficácia e da produtividade, os recursos humanos postos à disposição do sistema econômico.

De modo algum se deseja retirar ao trabalhador garantias essenciais no que tange às relações empregatícias. Mas a estabilidade, da forma como se encontra no projeto aprovado pela Sistematização, é coisa inteiramente diversa. Cria uma espécie de perpetuidade de índole cartorária, eis que o titular do privilégio passa a gozar *ad eternum* dos favores do emprego, sem dever-lhe qualquer obrigação. Se sua face é assim, por um lado, de outro com o perfil do engodo, por

los quase intransponíveis aos trabalhadores que desejam mudar de emprego para conquistar melhores salários.

Além, pois, de inviabilizar o sistema econômico, porque as empresas não podem sobreviver pelo esforço de empregados convidados à ociosidade, a estabilidade é um instrumento contra os interesses dos próprios trabalhadores, como reconhecem, aliás, as lideranças sindicais mais autênticas.

Examinada pelas diversas correntes da Assembléia, a matéria deverá encontrar o seu ponto de convergência dentro de um acordo amplo, que se espera atenda às conveniências superiores da Nação. É indispensável, porém, ficar bem claro que tal acordo só será aceitável, quanto àquelas conveniências, na medida em que rejeitar mecanismos incompatíveis com o sistema de economia de mercado. A Constituinte jamais deverá perder de vista que a liberdade econômica supõe a livre mobilização dos fatores produtivos. E, também, que onde essa liberdade não está presente, em hipótese alguma haverá regime de franquias democráticas. O contrário disso é fraudar a consciência nacional e inviabilizar o próprio País.